

Ata N.º 01/2024

Pelas 15 horas do dia 26 de fevereiro de 2024, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Gavião, reuniu em sessão ordinária a assembleia municipal. A sessão contou com as seguintes presenças: Paulo Manuel Alfaiate Pires, Isabel Maria Dias Martins, Mónica Mota Marques, Alberto Paisana Faria, Fábio Miguel Florindo Gomes, José Manuel Praia Neves, Daniel Manuel de Oliveira Tomás, Isabel Maria Casa Branca Martins, Sílvia Tibúrcio da Palma, Ana Luísa Marques Carias, Ana Luísa Flores Jeremias, Fernando Manuel Meneses Faca, Paulo Jorge Serra dos Santos, Andreia Gaspar Ascensão, Edmundo Pires Neves, Martina Martins de Jesus, Abílio Flores Mendes, Jorge Manuel Rodrigues Peixeiro e Germano Manuel Baptista Porfírio. -----

Assistiu à reunião o senhor presidente, José Fernando da Silva Pio, o senhor vice-presidente, António Severino, a senhora vereadora Graciosa Chambel e o senhor vereador Rui Vieira. -----

Antes de iniciar a ordem de trabalhos, e nos termos do artigo 50.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o senhor presidente da assembleia propôs a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos: -----

PONTO DOZE = primeira alteração ao Mapa de Pessoal de 2024; -----

O anterior ponto doze, passaria a ser o ponto treze = diversos. -----

O senhor presidente da assembleia questionou se algum membro se opunha à alteração proposta. -----

Não se registando qualquer oposição, a alteração foi colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

O senhor presidente da assembleia municipal propôs também uma alteração ao ponto dez que passaria a ter a seguinte designação: -----

PONTO DEZ = apreciação e eventual aprovação do relatório final da consulta pública do Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para Acidentes Ferroviários, do Município de Gavião, bem como do respetivo plano; -----

Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os **pontos sete, oito, dez e doze da ordem de trabalhos**. -----

O senhor presidente começou por apresentar uma breve súmula dos assuntos que constavam nas atas do executivo municipal dos meses de dezembro de 2023 e janeiro de 2024. Salientou que, no geral, as referidas atas refletiam as intervenções sobre o mau estado das estradas municipais, reversão e venda de lotes do Loteamento Industrial de Gavião e apoio a diversas atividades. Destacou o apoio concedido à Escola de Artes do Norte Alentejano, refletindo o apoio ao ensino articulado da música. Frisou que se tratava de uma oportunidade diferenciadora para os alunos do Agrupamento de Escolas de Gavião. Referiu que havia escolas de outros concelhos que gostariam de ter essa oportunidade e não tinham. Informou que naquela data tinha ocorrido a receção no âmbito do projeto Erasmus, com alunos provenientes de Itália, Espanha e Grécia e que a abertura tinha contado com um apontamento musical apresentado precisamente pelos alunos do ensino articulado da música, no âmbito da disciplina de classe de conjunto. Salientou que as atas refletiam também a dinâmica de obras municipais, obras particulares e apoios às associações. -----

Tendo terminado a apreciação às atas do executivo, o senhor presidente da assembleia deu a palavra aos membros. -----

O senhor deputado Fábio Gomes interveio para destacar, na ata n.º 27/2023 a nomeação do Coordenador Municipal de Proteção Civil. Considerou ter sido uma boa escolha, por se tratar de um profissional de excelência. Na ata n.º 2/2024 salientou o apoio à Escola de Artes do Norte Alentejano. Considerou tratar-se de uma importante aposta na cultura, muito útil para os jovens. Referiu que o município não podia focar-se apenas no apoio ao desporto. Aproveitou a oportunidade para questionar o ponto de situação do concurso público para o Quiosque do Miradouro do Cruzeiro; abertura do supermercado em Gavião e Plataforma Logística de Domingos da Vinha. -----

O senhor deputado Fernando Faca interveio para louvar e elogiar a União das Freguesias de Gavião e Atalaia pelo apoio à Associação de Caça e Pesca da Freguesia de Gavião nas duas montarias realizadas. Referiu que esse apoio

tinha sido concretizado na recuperação de caminhos importantes, que estavam intransitáveis. Salientou que se tratavam de caminhos importantes também para o combate aos incêndios rurais. Afirmou que as horas executadas pela máquina niveladora, da responsabilidade do município, tinha sido quase nula na área da freguesia de Gavião. Gostava que no futuro isso não acontecesse. - O senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia, Germano Porfírio, informou que os trabalhos referidos tinham sido executados em parceria com o Município de Gavião. Realçou que sempre que possível a união das freguesias apoia as associações, desde que sejam cumpridas as necessárias formalidades. Aproveitou para referir que tinha tido conhecimento que os alunos do Agrupamento de Escolas de Gavião tinham sido recebidos pelo senhor Presidente da República. Pediu ao senhor presidente da assembleia para, na qualidade de diretor do agrupamento, prestar esclarecimentos sobre o acontecimento. -----

O senhor presidente da assembleia esclareceu que, desde há alguns anos, a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e os municípios do distrito têm vindo a apresentar candidaturas em parceria com a empresa “Cabeçudos” sediada em Castelo de Vide, no âmbito do projeto “Fábrica de Histórias”. Fruto dessas candidaturas já tinham sido editados alguns livros. Na prática, a empresa coloca na escola um(a) ilustrador(a) e um(a) escritor(a) para apoiar os alunos dos 3.º e 4.º ano para, em conjunto com os alunos, trabalharem os textos e as imagens que mais tarde darão origem aos livros. Frisou que o principal objetivo deste projeto era o estímulo à leitura e à escrita. No presente ano letivo não estava previsto nenhum livro, porque não tinha havido candidatura. Informou que, enquanto diretor, ainda tinha tentado pedir apoios, mas o livro teria um custo de 18 mil euros e tinha concluído que não seria possível. Mas a Assembleia Intermunicipal da CIMAA tinha proposto um programa comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril, do qual constava a edição de um livro, tendo recorrido à empresa “Cabeçudos”. Enquanto membro da Assembleia Intermunicipal da CIMAA tinha tido conhecimento do projeto e logo que a CIMAA questionou o agrupamento de escolas respondeu de imediato, afirmativamente. Ao concelho de Gavião tinha cabido o capítulo acerca das eleições e o responsável da empresa tinha conseguido agendar uma visita à

Presidência da República. Os participantes foram os alunos do 4.º ano de escolaridade e as respetivas professoras. O Município de Gavião tinha assegurado o transporte. O senhor Presidente da República acompanhou os alunos na visita ao palácio e até almoçou com eles, tendo inclusive vindo despedir-se junto ao autocarro. Realçou que se tinha tratado de uma experiência inesquecível para as crianças. O referido livro iria ser publicado este ano, com o patrocínio da CIMAA e dos municípios do distrito. Agradeceu ao senhor presidente da câmara pela cedência do transporte, que tinha sido solicitado muito em cima do acontecimento. Realçou que se tinha tratado de uma visita pedagógica, no contexto da escrita e da leitura. Havia limite de participantes e nem ele próprio tinha participado. Assegurou que, quando o livro fosse editado, traria um exemplar para conhecimento dos membros da assembleia municipal. -----

Agradeceu as intervenções dos membros da assembleia e passou a palavra ao senhor presidente da câmara. -----

O senhor presidente da câmara começou por cumprimentar todos os presentes. Em resposta ao senhor deputado Fábio Gomes esclareceu que o período para apresentação de propostas para a concessão do Quiosque do Miradouro do Cruzeiro já tinha terminado e o ato público de abertura de propostas seria no próximo dia 6. Em relação à construção do supermercado, aguardava-se a entrega dos projetos das especialidades, para aprovação definitiva do projeto. Quanto à Plataforma Logística de Domingos da Vinha, informou que o último contacto havido com o interlocutor tinha sido a troca de votos de boas festas. Referiu que o representante dos investidores tinha manifestado indignação por ter sido afirmado que o processo tinha parado. Realçou que essa informação era verídica. Informou que no final do ano, o interlocutor tinha mandado uma carta a alguns proprietários a caluniar o Município de Gavião, a Junta de Freguesia de Belver, a Associação de Produtores Florestais da Freguesia de Belver (APFLOBEV) e outros proprietários. Realçou que a intenção de investimento não estava a evoluir, apesar de lhe terem sido entregues todos os documentos solicitados. Salientou ainda que não chamaria ao investimento plataforma logística porque tinha sido confrontado com a referência a uma passagem de hidrogénio. -----

Em resposta ao senhor deputado Fernando Faca, o senhor presidente da câmara frisou que todos os anos há um esforço para que as horas de serviços da máquina niveladora sejam distribuídas de forma equitativa por todas as freguesias. Mas nem sempre é possível, porque algumas freguesias têm mais trabalho do que outras. Realçou que a parceria estabelecida com a União das Freguesias de Gavião e Atalaia tinha sido muito benéfica. Frisou que os trabalhos realizados pelo trator tinham sido muito importantes. Realçou que o inverno estava a ser muito chuvoso e as duas provas de todo-o-terreno que passam no concelho tinham danificado muito os caminhos. Aproveitou para informar que na sede da União das Freguesias de Gavião e Atalaia estava a funcionar um Espaço Cidadão, com alguns serviços que não existiam no concelho. Afirmou esperar que a parceria ente o município e a união das freguesias, que proporcionou este serviço, pudesse ser replicada em outras freguesias. Evidenciou que o Espaço Cidadão permite resolver assuntos, cuja resolução só era possível com a deslocação a Portalegre, Évora ou Lisboa. Saudou a disponibilidade da união das freguesias para acolher o serviço, rentabilizando o espaço e as funcionárias da entidade. -----

O senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia, Germano Porfírio, referiu que se tratava de um serviço inovador. Referiu que havia sempre pessoas a favor e, outras, contra a inovação. Frisou que em quase todos os municípios há serviços similares. A título de exemplo, informou que naquela data tinha presenciado a entrega de documentos para participação da ADSE, por parte de um munícipe. Afirmou que o senhor presidente da câmara estava a ser modesto, porque tinha sido ele o mentor da instalação do serviço. Realçou que todos os serviços ali prestados podiam ser tratados através da internet, mas nem todos os cidadãos têm acesso ou conhecimentos para o fazerem. Sublinhou, também, que alguns dos serviços prestados eram coincidentes com outros agentes locais, mas, tal como tinha dito, esses assuntos já se podiam tratar através da internet. -----

O senhor deputado Paisana Faria interveio par afirmar que o assunto do investimento em Domingos da Vinha tinha estado sempre envolvido em algum secretismo. Fez referência a um artigo do MédioTejo.net e questionou se as informações que constavam no mesmo eram fidedignas. Referiu que se



verificava algum espanto, por parte da população, devido aos elevados valores propostos para aquisição dos terrenos. Relativamente às dificuldades de relacionamento com o interlocutor do projeto, considerou que tinha havido falta de ambição por parte do município. Afirmou que as dificuldades de relacionamento entre o representante dos investidores e o presidente da ZIF não deviam ter-se refletido no projeto. Considerou que devia ter havido mais pressão para perceber se havia ou não, realmente, interesse no investimento. – O senhor presidente da câmara referiu que o senhor deputado Paisana Faria estava a falar do que não sabia. Afirmou que a publicação referida refletia a intervenção do executivo municipal, mas tratada jornalisticamente. Disse que não admitia que fosse dito que não tinha havido ambição. Realçou que a Câmara Municipal de Gavião tinha ido muito para além da sua obrigação. Tal como a Junta de Freguesia de Belver, a APFLOBEV, a ZIF e as restantes entidades envolvidas. Nenhuma entidade tinha criado entraves à concretização do investimento. Frisou que continuava a considerar que se tratava de um espaço de excelência, dadas as boas acessibilidades ao litoral do país e a Espanha, por exemplo. Afirmou saber que alguns proprietários tinham ficado desagradados com a abordagem do interlocutor, que tinha chegado a ameaçar com a expropriação. Sublinhou que o município nunca tinha considerado essa hipótese. Realçou que não tinha a certeza dos valores propostos, porque o município não tinha nenhum terreno na área onde seria implantado o investimento. Tinha ouvido falar em 55 mil euros por hectare e mais tarde em 45 mil. Não tinha achado os valores exagerados porque tinha conhecimento que a 100 km daqui tinham sido pagos 85 mil euros por hectare. Frisou, mais uma vez, que nenhuma entidade tinha criado qualquer entrave. Evidenciou que, tal como tinha afirmado na reunião do executivo, aquele investimento seria a mudança de paradigma para este concelho e para toda a região envolvente. - **PONTO UM = apreciação e eventual aprovação da ata da sessão anterior;** - O senhor presidente da assembleia colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. Colocada a votação foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOIS = informação sobre a atividade do município e a situação financeira do mesmo (alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Tendo o relatório de atividades, entregue pelo senhor presidente da câmara, sido remetido previamente a todos os membros, foi dispensada a leitura do mesmo. -----

O senhor presidente da assembleia deu a palavra ao senhor presidente da câmara, que apresentou o resumo diário de tesouraria relativo ao dia 23 de fevereiro de 2024, que apresentava um saldo de 2.333.089,81€ (Operações Orçamentais – 2.052.554,31€ e Operações de Tesouraria – 280.535,50€). -----

O senhor presidente salientou que a situação financeira se mantinha estável e controlada. -----

O senhor deputado Paisana Faria questionou se os valores apresentados incluíam os valores totais recebidos pelas centrais fotovoltaicas. -----

O senhor presidente da câmara informou que o município já tinha recebido cerca de 2 milhões, 987 mil euros. -----

O senhor deputado Paisana Faria referiu que se tratava de uma mais valia que não estava prevista. Questionou se havia alguma previsão para a sua aplicação. -----

O senhor presidente da câmara salientou que no orçamento de 2023 já estava previsto um valor de 1 milhão e 800 mil euros. E no de 2024 tinha sido incluído o restante valor. -----

O senhor deputado Paisana Faria questionou se estava previsto para anos futuros. -----

O senhor presidente da câmara frisou que já se encontrava previsto, tal como tinha afirmado. O valor tinha sido disseminado nas diversas rúbricas orçamentais de 2023 e 2024. Salientou que todos os pagamentos referentes às obras estavam liquidados. Havia a receber cerca de um milhão de euros, referentes a autos de medição, que tinham sido liquidados e não reembolsados. Faltavam receber 5% da Piscina e Casa das Artes e 5% da Incubadora de Empresas Não Tecnológicas. Frisou que, quando esses pagamentos fossem regularizados, o Município de Gavião teria uma situação financeira ainda mais estável. -----



O senhor deputado Paisana Faria afirmou que Gavião estava bem equipado. Mas queria perceber que investimentos havia para as outras freguesias. Para as pessoas perceberem que o município tinha tido um reforço de verbas. -----

O senhor presidente salientou que, em dezembro, tinha sido aprovado o orçamento onde constavam as rubricas em que seriam realizados investimentos. -----

PONTO TRÊS = Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gavião; -----

O senhor presidente da assembleia municipal agradeceu a presença da presidente e da secretária da CPCJ de Gavião, para apresentação do relatório anual. Deu a palavra à senhora presidente, Eva Churro. -----

A presidente da CPCJ cumprimentou todos os presentes e agradeceu a oportunidade. Destacou a presença da secretária da CPCJ, Prof.^a Amélia de Jesus e também da Enf.^a Ana Luísa Carias, membro desta assembleia. Frisou que a remessa do Relatório da Anual da CPCJ à assembleia municipal, para conhecimento era obrigatória, por Lei. Realçou que iria realizar uma apresentação muito sucinta porque se tratava de um documento bastante extenso. Salientou que tinham transitado 10 processos de 2022. Tinham sido instaurados 17 novos processos, transferidos 3 processos de outras CPCJ, não tinha havido reabertura de nenhum processo e tinham sido cessados 9 processos. Frisou que a 31 de dezembro de 2023 estavam ativos 18 processos. Salientou que se tratava de um número bastante alto, para a nossa realidade. Tinha havido 1 criança dos 3 aos 5 anos do sexo feminino; 3 crianças dos 6 aos 8 anos do sexo feminino e quatro meninos. Dos 9 aos 10 anos não tinha sido acompanhada nenhuma criança. Dos 11 aos 14 anos tinha havido 2 raparigas e 4 rapazes. Dos 15 aos 17 anos 1 rapariga e 4 rapazes. Dos 18 anos 21 anos, 2 raparigas. Em relação às problemáticas salientou que a violência doméstica tinha batido records em todo o país e o nosso concelho não tinha sido exceção, infelizmente. Na exposição a comportamentos desviantes tinha havido 7 processos. Nos comportamentos antissociais tinha havido 1 situação. Outro tipo de comportamentos de risco, 2 casos. Em 6 casos, a própria criança ou jovem tinha assumido comportamentos que o colocaram em risco. Dois casos de negligência ao nível da saúde. De acordo

com a problemática sinalizada, tinha havido 4 casos de violência doméstica, dos 15 aos 17 anos, 4 dos 11 aos 14 anos e 4 dos 6 aos 8 anos. Na exposição a comportamentos desviantes, tinha havido 4 jovens dos 11 aos 14 anos, 2 dos 6 aos 8 anos e 1 jovem dos 15 aos 17 anos. Com comportamentos antissociais tinha havido uma criança dos 6 aos 8 anos. Com outro tipo de comportamentos de risco, duas crianças dos 6 aos 8 anos. Nas problemáticas diagnosticadas tinha havido 8 casos de negligência, 2 casos de crianças entregues a terceiros (quando os pais não assumem a sua responsabilidade), 5 crianças expostas a consumo de álcool. Frisou a ligação entre a violência doméstica e o consumo excessivo de álcool. Oito situações de violência doméstica, 3 situações em que as crianças/jovens colocaram em causa o seu bem-estar e uma situação de absentismo escolar. Destacou que o somatório das problemáticas não correspondia ao número de processos, porque havia processos com mais do que uma problemática. Em relação às entidades sinalizadoras, a realidade tinha mudado bastante. Durante muitos anos, a maioria das situações era sinalizada pelo estabelecimento de ensino. Salientou que em 2023 não tinha havido nenhuma situação sinalizada pelo estabelecimento de ensino. Mas tinha sido a entidade de primeira linha com mais envolvimento na prevenção, evitando que as situações evoluam e tenham que ser sinalizadas à CPCJ. A autoridade policial tinha sido a que mais sinalizações tinha efetuado, sobretudo na sequência de processos de violência doméstica. Tinha havido 1 processo arquivado porque a situação não persistia, 4 processos arquivados por incumprimento, tendo sido encaminhados para o Ministério Público. Tinha havido 4 processos que nem tinham começado a acompanhar, porque os pais não tinham dado consentimento. Quanto às medidas aplicadas tinham sido maioritariamente apoio junto dos pais, que deve ser sempre a prioridade. Tinha havido também uma situação de apoio junto de outro familiar. Não tinha havido nenhum procedimento de urgência. Salientou que todas as crianças e jovens acompanhadas tinham nacionalidade portuguesa. Realçou que essa realidade poderia mudar, porque as CPCJ de concelhos vizinhos já tinham casos de crianças de outras nacionalidades. Referiu que todas as atividades realizadas tinham sido feitas em parceria com as entidades locais, destacando-se o Município de Gavião, o agrupamento de escolas, a GNR, a segurança social e

os serviços de saúde. Tinham sido realizadas 27 reuniões da comissão restrita e 11 reuniões da comissão alargada. Frisou que o Município de Gavião tinha cumprido com o apoio logístico e financeiro à CPCJ. Informou que a CPCJ de Gavião já tinha um representante de uma associação de jovens na comissão alargada. Havia um representante do CCD da Banda Juvenil do Município de Gavião. Realçou que não havendo nenhum membro da comissão com formação na área jurídica, o município facilitava o apoio da técnica superior da área, sempre que a CPCJ necessitava. Tinham sido identificadas fragilidades ao nível das respostas sociais, o que já vinha a acontecer há algum tempo. Casas abrigo, centros de apoio familiar e acompanhamento parental (apenas em Portalegre), apoio médico especializado de saúde mental pedopsiquiatria, psicologia do desenvolvimento, tinha ofertas muito escassas sobretudo a nível do Serviço Nacional de Saúde. Destacou como muito positiva a articulação com a Comissão Nacional e com a equipa técnica regional. Saliu que apenas as comissões com mais de 5 mil jovens no concelho, podem ter presidente a tempo inteiro e não era esse o caso do concelho de Gavião. Apesar de haver poucos processos fazia sentido haver alguém a tempo inteiro, que fizesse o seguimento dos processos e as respostas fossem dadas atempadamente. Referiu que havia apenas uma técnica da Comissão Nacional a gerir todas as CPCJ do Alentejo, o que consideravam insuficiente. Frisou que a melhoria da aplicação informática estava a ser um processo lento. Afirmou que os magistrados interlocutores colaboravam sempre que era necessário, sendo fácil estabelecer contacto telefónico com os mesmos. Mas ocorrerem todos os anos em setembro mudanças de interlocutores era uma grande dificuldade. Quando os magistrados começavam a estar ao corrente dos processos, chegavam as férias judiciais e entre julho e setembro não havia acompanhamento por parte dos mesmos, havendo sempre em setembro mudanças. Informou que, até 31 de dezembro havia 4 processos em fase de avaliação diagnóstica, 14 em execução e acompanhamento (já com uma medida aplicada). As modalidades de contacto para a sinalização tinham sido 12 por email e 4 presenciais. Tinha havido 4 pedidos de colaboração de outras CPCJ (3 para assinatura de consentimento e 1 para assinatura do acordo de promoção e proteção). -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu a apresentação e deu a palavra aos membros. -----

Não se registando qualquer intervenção, o senhor presidente da assembleia destacou que eram visíveis as mudanças na sociedade, a nível dos valores e dos princípios, mas também das dificuldades. Salientou que o concelho de Gavião começava a ser procurado por pessoas vindas de outros pontos do país e até de outros países que trazem consigo outro tipo de problemas associados. Expressou o seu reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela CPCJ de Gavião. Agradeceu também ao Município de Gavião e às restantes entidades que colaboram com a CPCJ. Evidenciou que se tem registado um aumento de problemáticas, fruto de alguma degradação social, com situações que eram características dos meios urbanos, mas agora se começavam a sentir também nos concelhos do interior. Como presidente da assembleia municipal expressou o seu agradecimento à presidente e à secretária da comissão. Realçou que a CPCJ de Gavião estava de parabéns pelo exemplo de disponibilidade e prontidão para resolver os problemas. Finalizou agradecendo a presença das duas representantes da CPCJ de Gavião. -----

PONTO QUATRO = declarações de compromissos plurianuais existentes à data de 31 de dezembro de 2023, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----

Nos termos da citada legislação, a assembleia municipal tomou conhecimento dos compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de 2023, registados na base de dados de controlo de execução orçamental do Município de Gavião; -----

PONTO CINCO = declarações de pagamentos e recebimentos em atraso, existentes em 31 de dezembro de 2023, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----

Nos termos da referida legislação, a assembleia municipal tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----

- Declaração de pagamentos em atraso, do Município de Gavião à data de 31 de dezembro (não tinha pagamentos em atraso); -----

- Declaração de recebimentos em atraso da Divisão Financeira) do Município de Gavião, à data de 31 de dezembro; -----

- Declaração de recebimentos em atraso da Divisão de Obras e Serviços Urbanos do Município de Gavião, à data de 31 de dezembro; -----

O senhor deputado Fábio Gomes solicitou esclarecimentos acerca dos recebimentos em dívida, no valor de cerca de 66 mil euros. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que, na maioria, se tratavam de pagamentos referentes a resíduos sólidos urbanos, liquidados pelos consumidores à empresa “Águas do Alto Alentejo, EIM”. Alguns desses valores tinham sido pagos no início do ano seguinte (2024). E havia ainda pagamentos a serem liquidados. Destacou que este ano o aumento das águas não tinha sido tão evidente. Nas águas o município não tinha tido prejuízo, mas nos resíduos continuávamos a ter. A ERSAR já tinha comunicado que os municípios tinham que rever a tabelas referentes aos resíduos e essa revisão originaria um aumento substancial. Realçou que o município recebia cerca de 70 mil euros e pagava cerca de 200 mil euros. Assegurou que, enquanto fosse presidente da câmara iria resistir a um aumento significativo. Mas teria de haver um investimento na separação e na compostagem para que os custos com os resíduos diminuíssem. Quanto mais compostagem fosse realizada, menor seria o peso dos resíduos entregues. Frisou que havia várias experiências em curso, a nível nacional. Deu como exemplo a criação de um cartão, onde era creditado o peso do lixo depositado e o pagamento era calculado com base nessa informação. Mas, afirmou temer que com essa prática comesçassem a aparecer resíduos abandonados na floresta. -----

O senhor deputado Fábio Gomes questionou se seria possível essa cobrança de dívida ser realizada pelo serviço de finanças, para “sermos menos meiguinhos”. -----

O senhor presidente da câmara frisou que se tratavam de agregados familiares com dificuldades financeiras. Salientou que o município teria de pagar para serem as finanças a cobrar. -----

PONTO SEIS = listagem dos compromissos assumidos em 2023 que transitaram para 2024, nos termos da autorização prévia genérica favorável da assembleia municipal; -----

A assembleia municipal tomou conhecimento da listagem dos compromissos assumidos em 2023 que transitaram para 2024, nos termos da autorização prévia genérica favorável da assembleia municipal. -----

PONTO SETE = 1.ª revisão ao Orçamento 2024 e GOP; -----

A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª revisão ao orçamento 2024 no valor de 1.226.597,00€ e a 1.ª revisão às GOP no valor de 1.165.000,00 €. -----

Deliberou também, por unanimidade, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro: -----

- Aprovar o mapa “Demonstração do Desempenho Orçamental” referente ao ano 2023 (Despesas Correntes – 484.597,00€ e Despesas de Capital – 742.000,00€; -----
- Aprovar a integração do Saldo da Gerência de 2023, no montante de 1.799.882,92€, distribuído pelas rubricas constantes da 1.ª revisão orçamental;
- Aprovar o incremento do valor do orçamento em 1.226.597,00€, assumindo o valor atual de 11.026.597,00€. -----

PONTO OITO = apreciação e eventual autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março; -----

- **Aquisição de prestação de serviços de auditoria – ROC**, por um período de 24 meses, a contratar à entidade “Fátima Pereira & Carlos Duarte, SROC”. Despesa prevista para 2024 – 9.840,00€ (IVA incluído) e para 2025 – 9.840,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----
- **Elaboração do projeto de arranjos exteriores do espaço público do Largo do Município e área envolvente**, a contratar por consulta prévia. Despesa prevista para 2024 – 42.619,50€ (IVA incluído) e para 2025 – 4.735,50€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----
- **Aquisição de diversos bens e serviços tipográficos**, para os anos de 2024 e 2025, a contratar por consulta prévia. Despesa prevista para 2024 – 37.400,00€ (IVA incluído) e para 2025 - 37.400,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

Paul P.
P.

- **Aquisição de 160 toneladas de pellets** certificadas A1 6 mm a granel com transporte em camião cisterna de descarga pneumática em regime continuado, para o biénio de 2024/2025, a contratar por consulta prévia. Despesa prevista para 2024 – 27.863,93€ (IVA incluído) e para 2025 - 27.863,93€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Manutenção dos elevadores** – Incubadora de Empresas Não Tecnológicas e Rua Dr. Dias Calazans n.º 34, a contratar à entidade “TK Elevadores Portugal, Unipessoal, Lda”. Despesa prevista para 2024 – 1.756,44€ (IVA incluído) e para 2025 – 878,22€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

PONTO NOVE = relatório de execução e relatório de avaliação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação; -----

A assembleia municipal tomou conhecimento do teor dos documentos, remetidos previamente a todos os membros. -----

O senhor presidente da câmara destacou o excelente trabalho desenvolvido pela equipa responsável pela execução do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação. -----

PONTO DEZ = apreciação e eventual aprovação do relatório final da consulta pública do Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para Acidentes Ferroviários, do Município de Gavião, bem como do respetivo plano; -----

A assembleia municipal deliberou por unanimidade aprovar o relatório final referente ao período de consulta pública, nos termos do disposto no número 10, do artigo 7.º, da diretiva anexa à resolução n.º 30/2015, de 7 de maio. -----

Deliberou ainda, por unanimidade, aprovar o Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para Acidentes Ferroviários, do Município de Gavião, nos termos do disposto no número 2, do artigo 5.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro.

O senhor presidente da assembleia salientou que no dia 1 de março iria ocorrer um exercício para o qual seria necessário o documento agora aprovado. No período de consulta pública tinha havido apenas a participação da CP e essa participação tinha sido refletida no plano. -----

PONTO ONZE = relatórios mensais de acompanhamento e progressão das obras municipais; -----

A assembleia municipal tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----

- Relatório mensal n.º 03/2023 de progressão da fiscalização da empreitada **“Arranjo Paisagístico da Avenida José Marcelino, entre o Cruzamento com a Rua Dr. Eusébio Leão e o Cruzamento com a Rua São João de Deus”**, referente ao mês de setembro de 2023 -----
 - Relatório mensal n.º 04/2023 de progressão da fiscalização da empreitada **“Arranjo Paisagístico da Avenida José Marcelino, entre o Cruzamento com a Rua Dr. Eusébio Leão e o Cruzamento com a Rua São João de Deus”**, referente ao mês de outubro de 2023 -----
 - Relatório mensal n.º 05/2023 de progressão da fiscalização da empreitada **“Arranjo Paisagístico da Avenida José Marcelino, entre o Cruzamento com a Rua Dr. Eusébio Leão e o Cruzamento com a Rua São João de Deus”**, referente ao mês de novembro de 2023 -----
 - Relatório mensal n.º 06/2023 de progressão da fiscalização da empreitada **“Arranjo Paisagístico da Avenida José Marcelino, entre o Cruzamento com a Rua Dr. Eusébio Leão e o Cruzamento com a Rua São João de Deus”**, referente ao mês de dezembro de 2023 -----
 - Relatório mensal de acompanhamento da obra de **“Reabilitação do Edifício da Escola Primária de Degracia Cimeira para Instalação de Centro Interpretativo dos Percursos Pedestres e Centro BTT”**, referente ao mês de outubro de 2023; -----
 - Relatório mensal de acompanhamento da obra de **“Reabilitação do Edifício da Escola Primária de Degracia Cimeira para Instalação de Centro Interpretativo dos Percursos Pedestres e Centro BTT”**, referente ao mês de novembro de 2023; -----
 - Relatório mensal de acompanhamento da obra de **“Reabilitação do Edifício da Escola Primária de Degracia Cimeira para Instalação de Centro Interpretativo dos Percursos Pedestres e Centro BTT”**, referente ao mês de dezembro de 2023; -----
- PONTO DOZE = primeira alteração ao Mapa de Pessoal de 2024; -----**
- Tendo sido previamente remetido a todos os membros, o documento foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----
- O senhor presidente da assembleia que a alteração tinha sido motivada pela apresentação de candidatura ao programa Radar Social. -----



O senhor presidente da câmara salientou que a candidatura já tinha sido aprovada e obrigava à contratação de um técnico superior de psicologia e um técnico superior de serviço social. O projeto teria uma duração de 27 meses e o prazo já estava a contar. Realçou que seria estabelecido um contrato a termo incerto porque poderia haver alguma prorrogação/alargamento do prazo. Salientou que se tratava de um programa financiado a 100%. -----

PONTO TREZE = diversos. -----

O senhor presidente da assembleia propôs que a realização da sessão ordinária da assembleia municipal de abril coincidissem com a realização de uma sessão da Assembleia Municipal Jovem. O objetivo seria incorporar a participação de todos os jovens que o pretendessem fazer. A sessão seria realizada no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, mas também numa perspetiva de futuro. Sugeriu que, no período da manhã, ocorresse a sessão ordinária da assembleia e no período da tarde a Assembleia Municipal Jovem. A participação dos jovens seria precedida de inscrição. Propôs que ambas as sessões se realizassem no dia 26 de abril, sexta-feira. Seria o contributo da Assembleia Municipal de Gavião para as comemorações do 25 de Abril, mas seria também um exemplo de cidadania para os jovens, que são o futuro do nosso concelho. Frisou que se tratava de uma geração que não vivenciou e tem uma noção vaga sobre os acontecimentos da revolução. Seria também uma oportunidade de ouvir as preocupações e ideias dos jovens, para o nosso concelho. -----

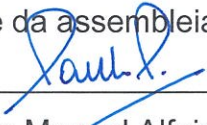
A senhora presidente da Junta de Freguesia de Belver considerou que se tratava de uma boa proposta. Mas, na sua opinião, não devia ser realizada numa sexta-feira, porque iria limitar a participação de jovens estudantes no ensino superior ou que estivessem a trabalhar. -----

O senhor presidente da assembleia salientou que a realização da sessão na sexta-feira iria possibilitar a participação de alunos do agrupamento de escolas, incluindo alunos do ensino secundário, que poderiam preparar-se antecipadamente. -----

Terminadas as intervenções, o senhor presidente da mesa da assembleia municipal agradeceu a presença de todos os membros e declarou encerrada a sessão, eram dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, pelo que, de tudo

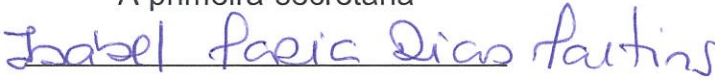
para constar, se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade no final da sessão e que vai ser assinada pelo presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, primeira secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O presidente da assembleia municipal



(Prof. Paulo Manuel Alfaiate Pires)

A primeira-secretária



(Isabel Maria Dias Martins)